

MOBRAL, TECNOCRATAS E EDUCADORES:

Trajetos de Uma Experiência de Alfabetização no Brasil

ÉDER MARTINS*

TIAGO CAVALCANTI GUERRA**

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o processo de constituição e do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), juntamente com a função social desempenhada por este, tendo como base do trabalho de pesquisa, a análise de leis e decretos, especificando a interação destes com o movimento de estruturação desta instituição. Como organização vinculada a necessidade de alfabetização, desnudar os objetivos pedagógicos de um movimento vinculado a ditadura militar. Observamos que o pensamento tecnocrático adquiriu uma importância significativa em detrimento do pedagógico no Mobral, será este processo que pretendemos desvelar no texto a seguir.

Palavras-chave: Mobral; Alfabetização; Ditadura Militar.

ABSTRACT

The aim of this article is analyse the creation process and the social rule of the Brazilian Literacy Movement (Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). The basis for this research is the analysis of laws and decrees, and how they interacted in the creation and organization of this movement. As an organization that focuses on literacy needs, it is necessary to lay bare the pedagogical goals of the movement as they link to the former Brazilian military dictatorship. We observed that in the MOBRAL, technocratic thinking acquired a significant importance over pedagogical interests.

Keywords: MOBRAL; Literacy; Military Dictatorship.

* Historiador. Mestre em História Social pela PUC-SP. Atuou como educador e pesquisador na área de educação popular, educação de jovens e adultos e formação profissional. Foi professor do Senac/SP entre 2011 e 2015. Atualmente pesquisador do Centro de Formação do SESC/SP. E-mail:ederhistoria@ig.com.br

** Historiador. Mestre em Educação pela Unifesp. Mestre em História Social pela PUC/SP. Fez especialização em Educação em Direitos Humanos na USP. Professor da rede municipal de ensino de São Paulo e de Guarulhos na Educação de Jovens e Adultos. E-mail: tiagoc.guerra@gmail.com

O objetivo deste artigo é analisar o processo de constituição do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a sua função social no arco de mobilizações contra o analfabetismo no Brasil. Como base do trabalho da pesquisa, analisaremos leis e decretos, especificando os movimentos de estruturação desta instituição com base nos marcos institucionais. Pretendemos também traçar paralelos entre a organização e a demanda de alfabetizar maciçamente no Brasil da década de 1960, além de seus vínculos com a ditadura militar.

O processo de gênese histórica do Mobral está intimamente ligado a ditadura militar (1964-1985) no Brasil. É relevante ao trabalho analisar e refletir sobre alguns aspectos que estiveram presentes na estruturação desta instituição, identificando determinadas relações estabelecidas entre seus agentes.

Desse modo, analisaremos o nascimento do Mobral no bojo do período considerado de “milagre econômico” durante a ditadura militar, atentando-se para as transformações combinadas a este e especialmente, para o processo de formação e implementação de um “corpo técnico-burocrático” que ascende com funções no interior da máquina estatal.

Será em meio a este movimento que buscaremos verificar como este fenômeno – a tecnoburocracia – manifesta-se de maneira particular na estrutura interna e operativa do Mobral e, como, paulatinamente, esta visão se sobrepõe a uma mentalidade mais humanista, tendo por objetivo empreender determinadas ações, via Mobral, no campo da alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

Como procedimento metodológico, adotamos a análise imanente dos documentos, procurando esmiuçar as representações e tensões sociais em torno dos discursos, decretos e leis que organizam o programa. Partimos de indagações que são do presente, mas podemos constituir o universo concreto de disputas e poderes deste passado a analisar, a fim de demonstrar o tecido social que emergem esses conflitos. No objeto de estudo em tela, procuramos esboçar como o discurso da tecnocracia substitui o pensamento pedagógico nos documentos que dão substrato as práticas e ações do Mobral.

A Ditadura Militar de 1964-1971

A ditadura militar não teve início em março de 1964. A conspiração foi orquestrada por parcela significativa de militares, tendo a liderança da Escola Superior de Guerra e por organização da sociedade civil como o IPES e o IBAD¹. Até mesmo antes do Estado Novo, havia um cerne intervencionista dentro da caserna que convergiu para aquela noite de 31 de março com 1º de Abril de 1964. Senão vejamos.

Desde 1922, com os Dezoito do Forte de Copacabana e o posterior movimento tenentista em 1924, que os militares tentariam tomar de assalto a República: em 1930, apoiariam a Revolução liderada por Getúlio; em 1937, com a intensidade das lutas entre comunistas e integralistas, dariam o respaldo militar para o Estado Novo; após a Segunda Guerra Mundial, retiram o apoio a Vargas, sustentando a candidatura do Mal. Eurico Gaspar Dutra; em 1954, eram uma das forças ocultas acusadas na carta-testamento de Vargas; em 1955 tentam impedir a posse de Juscelino Kubitschek no navio Tamandaré e, posteriormente, desestabilizam o governo com os movimentos de Jacareacanga e Aragarças, com intuito de

1 DREIFUSS, R. A. 1964 : *A conquista do estado*. São Paulo : Vozes. 1981.

tirar JK a força; após a renúncia de Jânio Quadro em 1961, impedem a posse de João Goulart, costurando a alternativa do parlamentarismo; entre 1961 e 1964 subvertem a malfada hierarquia militar, incentivando apoio a conspiração na antessala do Ministro da Guerra da época; em 1º de abril, conseguem o objetivo de derrubar o presidente e chegar ao poder².

Ao tomar de assalto o governo, outras ponderações se fizeram necessário para os militares. O pacto com a imprensa, com entidades da sociedade civil e de empresários e políticos, foi rapidamente ganhando novos contornos. Dê uma intervenção que se pretendia ser curta, conforme falas do ditador da época Castelo Branco (1964-1967), foi se transformando em algo permanente e dramático. Os militares demonstravam, conforme expresso por muitos autores, a necessidade de ficar por muito e muitos anos.

O ano de 1968 seria a guinada definitiva da ditadura militar para um regime que não se pretendia mais parecer democrático. Com um novo ditador no comando, Artur da Costa e Silva (1967-1969), os militares ganharam uma prevalência sobre os setores civis que sustentavam a ditadura, resultado das pressões provenientes da caserna. Um ano que começara com um clamor por distensão e clima de revolução, terminaria com o Ato Institucional n 5 e a inauguração definitiva do terror. As torturas, perseguições e assassinatos aos dissidentes políticos seriam a tônica maior do regime. Segundo Maria Helena Moreira Alves, numa visão mais abrangente do AI-5, em que o binômio Segurança e Desenvolvimento matizaram a ação militar e a dominação ditatorial,

(O) Ato Institucional nº 5 marca o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, do estágio de lançamento de suas bases. O caráter permanente dos controles a ele incorporados deu origem a um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o aparato repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo³.

O fechamento do regime implicaria diretamente em transformações das muitas dimensões da vida social. A que nos cabe refletir é as consequências da virada da década de 1960 para a década de 1970 para o Movimento Brasileiro de Alfabetização. O endurecimento do regime implicaria em um novo delineamento e uma alteração da estrutura do Mobral. Sairiam os pedagogos, entrariam em cena os tecnocratas.

Mobral: Gênese e Tecnocracia

Não seria demais aditarmos que o Mobral longe de ser o primeiro projeto governamental instituído nacionalmente com fins a combater o analfabetismo do Brasil, tão pouco poderia ser uma invenção original. Muito pelo contrário, até o momento de seu nascimento, já se somavam quatro campanhas oficiais e o esboço de um plano nacional que seria gestado às vésperas do golpe militar.

De 1947 a 1964 foram nada mais nada menos do que 4 campanhas oficiais organizadas nacionalmente – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, Campanha Nacional de Educação Rural, Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo e Mobilização Nacional

2 Para aprofundamento sobre a participação dos militares na cena política brasileira antes do golpe de 1964, ver em STEPAN, A. *Os militares na política - as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975 e CARVALHO, J. M. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.

3 ALVES, M. H. M., *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.140.

Contra o Analfabetismo-, porém estas rapidamente se desestruturaram, dado o quadro de precariedade organizacional, estratégica e financeira⁴. Isto sem contar, os movimentos e organizações da sociedade civil envolvidos também com as práticas da alfabetização.

Antes ainda de situarmos o Mobral, é necessário mesmo que resumidamente apontar algumas características do projeto educacional que se desenhava no governo de João Goulart. Entre 1961 e 1964, no arco das pressões em torno da Reforma de Bases, o tema educação e suas várias dimensões ganhavam um capítulo importante para o governo. Seria também um dos ramos de maior tensão e pressão dos grupos que conspiravam para a derrubada de Jango⁵.

Uma das primeiras medidas foi a criação do Conselho Federal de Educação (CFE), por meio da lei 4024/61, rapidamente homologado pelo ministro Darcy Ribeiro (em 12 de setembro de 1962), que o PNE pudesse ser rapidamente chancelado. É durante o governo que se desenha também o Plano Nacional de Educação, que previa entre suas metas a escolarização de 100% das pessoas na faixa etária entre 7 e 14 anos. Sob a coordenação de Anísio Teixeira, o PNE era uma das bases das reformas proposta pelo governo federal naquele momento⁶.

Talvez seja o Plano Nacional de Alfabetização aquele que possuiria o maior acúmulo até aquele período. Tratava-se da sistematização em formato nacional da experiência trazida pela CEPLAR no Rio Grande do Norte. Um dos responsáveis por coordenar o programa era o educador Paulo Freire, responsável pela criação do método em desenvolvimento na cidade de Angicos-RN.

O PNA foi criado em janeiro de 1964 e pretendia, conforme a inspiração citada, criar 60.870 círculos de leitura pelo Brasil com o objetivo de atingir uma população de 1.834.000 adultos, correspondendo a 8,9% da população analfabeta no período.

Mesmo com a implantação de alguns projetos-pilotos, o PNA foi extinto em 14 de abril de 1964. A CEPLAR e suas práticas de círculos de cultura, foi completamente dizimada pelas elites e militares.

Este histórico, além de ser uma referência, apresentava para os criadores do Mobral os caminhos que este não poderia tomar. Seja por questão de eficiência, seja por de convicções.

Os índices de analfabetismo diziam por si a gravidade do problema no Brasil.

Tabela 1 – Analfabetismo no Brasil entre 1940 – 1970 – Por idade

Anos	1940	1950	1960	1970
População de + de 15 anos	23.639.769	30.249.423	40.187.590	54.338.606
Analfabetos de + de 15 anos	13.279.899	15.272.432	15.815.903	17.936.887
%	56	50	39	33
População de 15 a 39 anos	16.515.300	20.911.777	27.017.011	35.954.488
Analfabetos de 15 a 39 anos	8.937.282	9.964.060	9.422.610	9.911.744

4 PAIVA, V. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

5 BANDEIRA, M. *Governo João Goulart – as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p.115.

6 SAVIANI, D. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2014, p.301.

%	54	46	35	28
---	----	----	----	----

Fonte: (Fundação Mobral, 1975)

É interessante notar que apesar dos números alarmantes de analfabetos em vista das ações empreendidas até aquele momento pelo Estado e sociedade civil contra os ciclos do analfabetismo, quando o Mobral foi inaugurado os números decaíam relativamente.

No dia 08/09/1967, por sinal dia internacional da alfabetização, o Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra

levou à consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Costa e Silva, decretos e anteprojetos de lei relativos à matéria. Após a avaliação do sério problema com que a nação se defrontava, o presidente anunciou que enviaria ao Congresso o Plano de Alfabetização Funcional e a Educação Continuada de Adultos, precedido de anteprojeto de lei pelo qual a Alfabetização Funcional e a Educação Continuada passariam a ser atividades prioritárias permanentes do Ministério da Educação e Cultura e no qual ficaria instituída a Fundação Mobral como seu órgão executor⁷.

Iniciava-se assim o processo de edificação da instituição que seria responsável pela alfabetização de adultos em contexto nacional, aparentemente, a partir do ato de um ministro que “apresentava” ao Presidente da República projetos de lei sobre um plano nacional de alfabetização. Além da descrição superficial feita sobre o processo germinador do Mobral, este fragmento documental oculta concretamente os fatores e movimentações sociais que estavam por trás da incipiente instituição.

Na mesma data, foram ainda baixados quatro decretos – 61.311, 61.312, 61.313, 61.314 - prevendo respectivamente: a formação de um grupo de trabalho interministerial para estudo e levantamento de recursos destinados à alfabetização, a utilização das emissoras de televisão nos programas de alfabetização, a constituição da Rede Nacional de Alfabetização Nacional e Educação Continuada de Adultos e a institucionalização da educação cívica nas instituições sindicais e a campanha em prol da extinção do analfabetismo.

Em um estado centralizado controlado pelos militares, a apresentação dos instrumentos legais que criaram este organismo denota dois sentidos reveladores da lógica constitutiva desta instituição alfabetizadora: de um lado, a preocupação em se legitimar, através da indicação de representantes de outros segmentos sociais, e de outro, a sua institucionalização via decreto o que apenas reforça o caráter vertical da iniciativa.

É neste sentido que não podemos entender este conjunto de ações supracitadas apenas como produto dos atos de um indivíduo que “avisa” o presidente da república sobre a gravidade do analfabetismo no país e este, percebendo o problema, no mesmo instante decide empreender leis e projetos solucionadores da questão em foco.

Outro fator de relevância a ser destacado é a convocação de 16 ministros das mais diferentes áreas para comporem uma comissão interministerial, a ser responsabilizada pelo estudo e levantamento de recursos destinados à alfabetização. A convocação de uma comissão composta por uma quantidade tão expressiva de ministros demonstra a importância dada ao projeto. Desta forma, dificilmente um projeto elaborado “de última hora” poderia receber a atenção que recebeu do presidente e dos ministros.

⁷ FUNDAÇÃO MOBREAL. Mobral: sua Origem e Evolução. Rio de Janeiro: Coleção Mobral, 1973, p.9.

Conforme indicamos o analfabetismo não era um problema daquele momento específico, mas um produto que historicamente assolava a formação social brasileira. E como tal já vinha há décadas sendo abordado por diferentes iniciativas, através de campanhas governamentais e civis. De comum entre estas, o objetivo em extinguir o analfabetismo, o que dada a sua permanência, evidenciava o fracasso dessas iniciativas.

O Mobral foi criado através da lei 5.379 de 15/12/1967, mas o seu funcionamento se efetiva a partir de setembro de 1970, uma vez que inúmeras foram as transformações e reformulações efetuadas no interior da instituição.

Segundo José L. de Oliveira há duas fases constitutivas do Mobral, reveladoras de atuações distintas desta instituição. A primeira compreendida entre o período de 15/12/67 a 05/06/70 e a segunda etapa, datada deste último marco em diante.

Na primeira fase, o Mobral é visto como um organismo que repassava recursos para entidades interessadas em desenvolver ações para a alfabetização de jovens e adultos. Além disso, havia mais uma característica singular desta primeira fase. O fato dos projetos e planos referentes à alfabetização de jovens e adultos, estarem orientados pelas ações de agentes sociais dotados de uma concepção liberal-humanista para o estabelecimento das metas e objetivos educacionais. Vale destacar que durante este período o Mobral estava vinculado ao DNE. - Departamento Nacional de Educação -, repleto de educadores simpáticos a “uma perspectiva mais liberal, que reduz[ia] o plano a uma série de princípios e normas destinados a orientar a execução (descentralizada) de uma política educacional”⁸.

Entretanto, este projeto recebera inúmeras críticas, sobretudo no Parecer da Comissão da Câmara dos Deputados e no Relatório Final do G.T. Interministerial, principalmente quanto as suas deficiências operacionais e práticas.

Durante este primeiro período o Mobral, além de estar vinculado ao DNE, também possuía como presidente o diretor desta instituição, Jorge Boaventura de Souza e Silva. Neste momento, o Mobral era repassador de recursos e aglomerava em sua equipe pedagógica, educadores com uma visão mais humanista e liberal.

Contudo, a partir da segunda etapa, novos atores sociais entraram em cena, primeiramente porque com a ascensão de Emilio Médici à presidência – após o falecimento de Costa e Silva, em fins de 1969 -, os ministérios adquiriram nova configuração, redundando na alteração do ministro da educação que passara a ser Jarbas Passarinho em substituição a Tarso Dutra. Alteração esta que não se resume somente à troca dos nomes e sobrenomes, mas principalmente em relação aos projetos preconizados por cada um e seus grupos.

Desse modo, não soa estranho que,

no final de janeiro/70, após encontrar-se com Jarbas Passarinho em Brasília, o Presidente do Mobral anunciou a intenção do Ministro de realizar um “projeto de alfabetização em massa”, envolvendo a iniciativa privada (Ata nº 11). Na mesma ocasião, o Presidente Jorge Boaventura anunciou sua intenção de se desligar do Mobral⁹.

E também,

O Ministro Jarbas Passarinho, que assumira o M.E.C. com a intenção de colocá-lo no diapasão da nova política governamental, encontrou o Mobral

8 OLIVEIRA, J. L. *As origens do Mobral*. Dissertação de Mestrado em Educação, Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1989, p.124.

9 *Idem*, p.152.

praticamente paralizado (sic), por falta de recursos e utilizando o pouco que vinha obtendo numa ação indireta de repasse a instituições interessadas em desenvolver projetos de alfabetização. Essa situação colocava o Mobral no rol das instituições governamentais necessitadas de reformulação, apesar de ter sido criado recentemente¹⁰.

A fixação de objetivos direcionados por um “projeto de alfabetização em massa” talvez tenha sido o primeiro ponto de desencontro entre o ministro e o presidente do Mobral. Além de um processo de reestruturação interna, mais um elemento era posto na ordem do dia, a nova orientação que a jovem Fundação deveria ter, não mais cumprindo a função de repassar recursos, mas atuando de forma extensa na alfabetização de jovens e adultos.

O Brasil havia participado do Congresso Mundial de Ministros da Educação para a Eliminação do Analfabetismo, realizado pela UNESCO em Teerã (Irã) em 1965. Como representante da delegação brasileira estava o ex-ministro Aogar Renault. Dentre as principais recomendações tiradas neste congresso constavam:

- 1) que todo projeto de alfabetização ou educação de adultos tivesse por objetivo o desenvolvimento econômico e social;
- 2) que os problemas relativos ao emprego e à formação de mão-de-obra fossem levados em consideração; por isso, todo programa de alfabetização de adultos deveria estar incluído em um plano de desenvolvimento, ligado à formação profissional, social e cultural;
- 3) que na alfabetização (adultos) e na escolarização (crianças) fossem considerados dois aspectos complementares de uma mesma ação;
- 4) que nas campanhas de alfabetização fosse dada prioridade aos grupos de idade engajados na produção;
- 5) que os programas de alfabetização se transformassem, uma vez atingidos seus objetivos, em programas de educação permanente;
- 6) que se previsse nos programas de alfabetização, um sistema de avaliação que dê conta de uma comparação científica entre seus custos e benefícios;
- 7) que se completasse os recursos oficiais destinados às campanhas de alfabetização com recursos privados, sobretudo das empresas;
- 8) que fossem constituídas “fundações nacionais” de educação de adultos que serão encarregadas de administrar, em colaboração com o governo, um programa de educação e para tanto receberão colaboração de voluntários, associações e empresas privadas; este organismo deverá ser dotado de autonomia suficiente, que lhe dê condições de promover e coordenar operações de alfabetização;
- 9) que fossem instalados projetos-piloto de alfabetização funcional, segundo os critérios definidos pela UNESCO¹¹.

O citado descompasso entre o Ministro e o presidente do Mobral, talvez tenha sido mais agudo quanto à consideração deste último item, pois,

O programa Experimental Mundial de Alfabetização da UNESCO era avesso a programas de massa, destinados a público genérico. Consistia na montagem de micro experiências com o objetivo de testar métodos realmente eficazes de alfabetização a custos compatíveis com os planos nacionais de desenvolvimento. Destinavam-se a pequenos contingentes de população (300 a 1000 pessoas) e deveriam estar ligados a projetos específicos de desenvolvimento industrial ou agrícola¹².

Isto não quer dizer que os educadores e técnicos ligados ao Mobral, responsáveis

10 *Ibid.*, p.171.

11 DOCUMENTO DE TEERÃ *apud* OLIVEIRA, *op.cit.*

12 OLIVEIRA, *op.cit.*, p.144.

pela elaboração e realização de projetos não estivessem cientes deste empecilho, pois os próprios técnicos do MOBRAL reconheciam que experiências com pequenos grupos que levassem em conta a realidade de cada comunidade seriam uma solução ótima, mas essas experiências não se coadunavam com as diretrizes políticas do governo¹³.

Esses elementos são suficientes para localizarmos as tensões existentes entre os diversos grupos e atores sociais vinculados e associados a esta instituição, buscando cada qual ao seu modo – e em alguns casos de maneira contraditória –, imprimir preceitos específicos na forma de organização a ser estabelecida.

Frente a estas ambições, era necessária a contratação de um corpo de funcionários que estivessem aptos a responder às recentes prioridades ditadas pelos novos projetos, para tanto também se demandava uma fonte maior de recursos financeiros, obtidos apenas em fevereiro de 1970, através do decreto nº 66.118, que instituiu a vinculação de parte da receita da Loteria Federal aos programas de alfabetização de adultos.

No entanto, o novo ministro,

Acrescentou que, como para isso os recursos da loteria esportiva seriam insuficientes, [e] não se poderia “prescindir do concurso da iniciativa privada” (Ata nº 11). Assim ficava clara a intenção do Ministro Jarbas Passarinho de entregar a direção do Mobral a alguém ligado à iniciativa privada como forma de atrair os recursos necessários ao lançamento de um Programa de Alfabetização de massa¹⁴.

Após o pedido de demissão de Jorge Boaventura de Souza e Silva –dado o desacordo com o ministro–, em junho de 1970 era indicado para a presidência do Mobral, Mario Henrique Simonsen, um dentre vários “filhotes” criados pela Escola Superior de Guerra, próximo a Jarbas Passarinho e formado em economia¹⁵. Concomitante, Felipe Spotorno era designado secretário-executivo, cargo estratégico e de fundamental importância, pois centralizava a esfera deliberativa, norteadora de toda a estrutura operativa criada pelo Mobral.

O decreto-lei 1.124, criado na emblemática data de 08/09/1970, encarregava-se de propiciar a outra fonte financeira, que permitiria às pessoas jurídicas, ao invés de pagarem 1% do imposto de renda devido, doarem a quantia correspondente ao Mobral.

O Mobral que em seus dois primeiros anos havia permanecido em estado de letargia quase absoluta, atuando no repasse de recursos, despertava como novos objetivos a partir da gestão de Mario Henrique Simonsen. Este imprimiria um ritmo acelerado, pois deveria estar assegurada uma racionalização extensa das atividades da Fundação. Era necessário um corpo tecnicista capaz de compreender esta linguagem e executá-la com todo primor.

Neste quadro o Mobral recorria à *tecnocracia* como forma de responder aos desdobramentos do analfabetismo no Brasil, sendo que este concretamente não advinha somente do precário “serviço” educacional prestado pelo Estado, mas pelo uso não-técnico e irracional das instituições públicas conforme a análise dos novos responsáveis. A existência do analfabetismo neste país era uma pedra que o regime militar pretendia resolver.

13 MENDONÇA, T. N. J. MOBRAL: do discurso à realidade, *R. Brasileira de Estudos Pedagogia*, Brasília, 1984, p.579.

14 OLIVEIRA, *op.cit.*, p.155-156.

15 Maria Helena Moreira Alves nos lembra que grande parte dos membros que assumiram altos postos e ministérios a partir do Governo Castelo Branco provinham em sua maioria da Escola Superior de Guerra. ALVES, M. H. M., *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.24-5.

o pensamento “tecnocrático” é fundamental para o Estado autoritário pós-64¹⁶, que não sobreviveria só pela repressão. Apesar dos “fracassos” e “irracionalidades” contidos na direção organizativa desse pensamento, ele é imprescindível enquanto discurso “racional”, de pretensão conhecimento científico¹⁷.

Ora, mais do que a expressão de um discurso que em parte se materializa nas práticas sociais, a tecnocracia tem por função institucionalizar-se com base na aparente neutralidade, ou seja, isento ante as tendências e conflitos sociais, inerentes a sociedade desigual, como a que caracteriza a sociedade brasileira. Situando-se assim, acima dos grupos e classes sociais, transmitem a impressão de que, pelo fato de captarem a objetividade dos fatos, somente eles – os tecnocratas – teriam as condições necessárias para a atuação técnica.

Tendo em vista o processo desdobrado a partir de 1964, no qual o regime militar, através do Estado, desenvolveu inúmeras ações centralizadoras e intervencionistas nas diversas esferas da sociabilidade brasileira – econômica, política e constitucional -, faz-se necessário ressaltar que estas ações não podem ser efetivadas desconsiderando-se por completo a sociedade civil. Esta, mesmo num momento de alta repressão, produzia inúmeras “respostas” ao Estado, em alguns momentos de forma organizada, em outros não. Isso significa dizer que não bastava somente ao Estado implantar arbitrariamente as suas decisões, mas, dependia de um mínimo de consenso ou legitimação, caso contrário, incorreria em sérios riscos de perder parte de sua credibilidade e legitimidade frente à população que ele deveria representar.

Desta forma, o discurso racional e o corpo tecnicista cumprem funções específicas, ambos pautados pelo saber técnico que lhes assegura “neutralidade e cientificidade”, pois possuem a função de garantir o “bom andamento das instituições”, trabalhando sempre para o “bem geral da coletividade” e, conseqüentemente da nação. Adquirindo-se assim, uma posição especial frente à totalidade dos outros atores sociais. Com isso,

A razão técnica serve [...] como um deus ex-machina. Ela permeia todos os níveis societários. É incorporada pela burocracia empresarial e estatal para o funcionamento das empresas e do Estado, ao mesmo tempo que estas mesmas burocracias são as que a organizam e, em parte, a elaboram. Destaque-se nesta visão de mundo a ideia de que a História deve ser dirigida com base neste “saber” técnico, isento, expresso na formulação do planejamento, enquanto confluência de técnicas organizatórias que visa “racionalizar” o processo histórico¹⁸.

O processo de burocratização e organização passa a ser justificado como um meio eficaz e competente no desenvolvimento das atividades, principalmente no interior de um Estado, configurando-se estas ideias e práticas como objetos praticamente isolados da sociedade, que apenas atuam junto a ela na função de reparadores e corretores de seus desvios. Se oculta desta forma a sua origem e função, convertendo-se em prática anônima e impessoal, portanto “científica” ou “perfeita”.

Em meio a este processo, conforme O'Donnel,

16 Apesar de Maria de Lourdes M. Covre utilizar o conceito autoritário como forma de caracterizar o Estado pós-64, esta reconhece os apontamentos de Florestan Fernandes que “afirma [sobre] o vazio do conceito autoritarismo”...[este] aponta o estado pós-64 como uma autocracia, como uma ditadura mais explícita da classe burguesa;” entretanto Covre indica que utilizara o conceito de “Estado autoritário ou estatismo-autoritário (conforme denominação de Poulantzas), na falta de uma nomenclatura mais condizente, incorporando, entretanto, as ressalvas feitas.

17 COVRE, M. de L. *A Fala dos Homens, Análise do Pensamento Tecnocrático 64-81*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p.102.

18 *Idem*, p.196.

o Estado e as suas, instituições também dão a aparência de mudança e adaptação com base na avaliação “imparcial” e “técnica” do progresso que está sendo feito na tarefa imponente de salvar a nação. Contudo por trás desta fachada, o Estado autoritário-burocrático está sujeito a tensões – contradições, dilemas e perigos – que refletem as dificuldades extraordinárias de consolidar um sistema de dominação que não pode esconder nem o fato de que é fundado na coação nem o fato de que os seus partidários mais decisivos representam um espectro da sociedade muito mais estreito do que toda a nação que o Estado autoritário-burocrático afirma estar servindo¹⁹.

Esse olhar técnico, imparcial do caminho certo, se manifesta no Mobral. Um programa que deveria se preocupar com questões pedagógicas, mostra uma preocupação quanto a instrumentalização preventiva das rotinas operacionais. Desperta a atenção a grande quantidade de indicadores voltados para uma racionalização extensa do trabalho e para a formação de um corpo técnico, responsável pelo funcionamento pleno e perfeito da instituição.

Desta forma o objetivo geral e estratégico do Mobral, a se consolidar através de sua organização e métodos, estava em

evoluir para um sistema simples e racional, formalizado num grau de descentralização e flexibilidade que possibilite respostas imediatas e eficientes aos obstáculos da ação administrativa do Mobral e que se mantenha em permanente reforma de atualização²⁰.

É possível observar uma primeira contradição entre as intenções e as práticas, pois, enquanto os objetivos indicavam a intenção de constituição de um organismo flexível, adaptável às mudanças, passível de permanentes reformas e atualizações, a sua estrutura denotava, o *conservadorismo fordista*. O fordismo fica evidenciado já no organograma da instituição que reproduziremos abaixo. No entanto, antes disso é necessário analisarmos um pouco mais profundamente os objetivos visando evidenciar com maior precisão a contradição com a qual nos deparamos.

Dentre as principais orientações e paradigmas norteadores desta nascente Fundação, sobressai como preocupação e objetivo:

- a) ...[a] racionalização das rotinas operacionais dos diversos elementos do sistema Mobral coerentemente com os diferentes fluxos;
- b) [a] elaboração de um plano de treinamento em função do desenho do sistema;
- c) [a] introdução progressiva de uma mentalidade de objetivos sempre conectados a prazos e a recursos (humanos, financeiros e materiais), como preparação à implantação futura da Administração por Objetivo (APO) e da Atitude Gerencial;
- d) esboço de uma política de pessoal com base na observação direta (visitas) da ASSOM as COEST e COREG;
- e) circulares de orientação, documentos de estratégia e manuais de operação²¹.

Não estamos mais tratando de um programa voltado para a alfabetização. Parece que não estamos numa mesma conjuntura em que Paulo Freire corria o nordeste com uma educação emancipadora. No Mobral, os educadores se tornavam meros reprodutores e cabia

19 O'DONNELL, G. Tensões do Estado Autoritário-Burocrático e a Questão da Democracia. In: COLLIER, D. (org), *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.268.

20 FUNDAÇÃO MOBRAL. *Mobral: sua Origem e Evolução*. Rio de Janeiro: Coleção Mobral, 1973, p.19.

21 *Idem*, p.22 (grifos nossos).

aos técnicos à coordenação e o estabelecimento de objetivos antenados a uma lógica fabril.

O objetivo de introduzir progressivamente uma mentalidade de metas sempre conectadas a prazos e recursos revela mais uma face deste complexo objeto, ou seja, não bastaria somente ao funcionário a pura execução das tarefas supracitadas, mas, internalizar todos estes paradigmas de modo a tê-los como referência ideal para a execução das ações no real. Quanto às circulares de orientação, manuais de operação e documentos de estratégia, devemos ter em mente que estas orientações sinalizavam para uma sistematização das informações, juntamente com seu registro, restringindo assim o uso da linguagem oral neste processo de transmissão de dados e informações.

Algumas Considerações

Identificamos nesta pesquisa de forma muito inicial, a maneira particular na qual se edificava parte da estrutura interna do Mobral, juntamente com as funções desempenhadas por esta.

A despeito destas funções, há que considerá-las em suas especificidades: o pensamento tecnocrático adquiria uma importância significativa em detrimento do pedagógico; em razão do papel que cumpria, alijando outros grupos das esferas ocupacionais e deliberativas da máquina estatal, através do discurso da técnica e eficiência. Paralelamente, justificavam-se ações endereçadas a determinados interesses e objetivos que estariam sendo encaminhados por um “grupo neutro e imparcial”.

O Mobral necessitava destes instrumentos, uma vez que não poderia seguir o mesmo caminho de outras campanhas oficiais, sucumbidas ao longo do percurso em décadas anteriores. Ao contrário, o Mobral necessitava apagar tais lembranças e fazer frente aos grupos e movimentos populares de alfabetização que haviam se disseminado pelo Brasil, principalmente no Nordeste. Preocupados em transcender os limites de uma alfabetização voltada para simples noções de leitura, escrita e cálculo, parte significativa deste movimento, em grande medida, era influenciado e impulsionado por produções teórico-filosóficas que enxergavam o processo de alfabetização e a educação de uma forma mais ampla, como ferramentas imprescindíveis para a compreensão e conscientização frente ao mundo. Evidentemente, falamos do educador Paulo Freire e sua experiência na cidade de Angicos-RN. Logo, este arcabouço constituído através do processo cognitivo, seria instrumento para a transformação da realidade, da qual o sujeito alfabetizado fazia parte.

Evidentemente, o Mobral em razão das funções e finalidades que atendia, não pretendia trabalhar em conjunto com estes grupos. Pelo contrário, ao garantir recursos financeiros ele pretendia suplantá-los meramente.

Enquanto projeto oficial o Mobral tinha assim, como fim, esmagar estes grupos que, fora do controle estatal, poderiam se constituir em grupos promotores da contestação e subversão. Ademais, o Mobral cumpria a função de corrigir as sequelas da rede básica de ensino, que não respondia a altura às suas demandas e agregava altos índices de evasão escolar

De acordo com o próprio ministro Passarinho, em 1971, quase 30% das crianças de 7 a 14 anos

não tinham acesso à escola; a evasão e a repetência assumiam dimensões assustadoras: para cada mil crianças que entravam na 1ª série do primário, em 1961, por exemplo, menos da metade (446) chegavam à 2ª série e somente 56 logravam ingressar no ensino superior em 1972. A taxa de perdas era da ordem de 76% só no primário. Além do mais, no tocante à escolarização obrigatória de 4 anos [para este período], o Brasil se igualava à Maurítânia e somente Laos apresentava um taxa inferior, 3 anos²².

Apesar do considerável nível técnico adquirido pela instituição, se comparada com as campanhas oficiais anteriores, o Mobral também não deixou de amparar-se com instrumentos provisórios e precários na realização de suas atividades. Estando na dependência constante de concessão de salas, equipamentos e trabalho praticamente voluntário, esta não logrou desgarrar-se do arдил que também sufocara as outras campanhas perdidas no limiar de seus trajetos particulares.

É neste cenário que atuou o Mobral, estruturando-se de forma a isolar-se dos erros passados e construindo um aparato técnico-burocrático que garantisse a sua almejada realização.

Este foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização, construído para solucionar uma condição histórica vista como “problema” que em 1970 “afligia” a vida de mais de dezessete milhões de brasileiros. A técnica e a eficiência, aludida e ambicionada pelos atores sociais atuantes no interior desta instituição, constituía-se na grande ferramenta operativa e preventiva que deveria nortear o caminho de vitórias do Mobral. Contudo, os problemas que o Mobral enfrentava não eram técnicos. O analfabetismo não era apenas produto da ineficiência do sistema escolar, mas reflexo pernicioso das desigualdades sociais e históricas da sociedade brasileira.

Recebido em: 26/07/2018

Aprovado em: 17/01/2019

22 GERMANO, J. W. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993, p.167.